

05 Liberalização versus protecção: elementos para compreender o que está em jogo nas negociações da Organização Mundial do Comércio

Manuel Belo Moreira

RESUMO As formas de protecção comercial aos produtos agrícolas e alimentares (tarifas, subsídios e outras formas de protecção como as designadas por barreiras não tarifárias) constituem uma das mais disputadas arenas de confronto das relações internacionais nesta fase da globalização. O tema é importante não só pela particular importância que assume nas negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC) e pelo papel que, reconhecidamente, é entendido como relevante para o desenvolvimento dos países pobres (Relatório do Desenvolvimento Humano de 2005), mas também pelo impacto que pode ter no futuro das comunidades rurais do mundo desenvolvido. Nestas circunstâncias é importante que todos os interessados tenham presente o que verdadeiramente está em causa nessas negociações, mesmo se as percepções sobre os seus resultados não sejam idênticas. Importa portanto clarificar o real significado da enorme panóplia das formas de protecção segundo as mais relevantes visões sobre a matéria. O objectivo do texto é o de ajudar a essa clarificação através da perspectiva da economia política. Não tendo a pretensão de conseguir um tratamento e compreensão exaustivas, o texto procura abordar, ainda que brevemente, os aspectos que nos parecem mais relevantes nessas negociações. Em consequência, vai centrar-se na compreensão da racionalidade das políticas que directa ou indirectamente constituem formas de protecção da produção agrícola e agro-alimentar. Uma clara percepção dessa racionalidade constitui a condição necessária para desenvolver a abordagem na perspectiva da economia política, mas também para compreender as dificuldades de aplicação da agenda liberalizadora da OMC que se vem afirmando como um dos mais relevantes aspectos do processo da globalização, ajudando a compreender os seus avanços e recuos desde o falhanço da cimeira de Seattle de 1999.

Palavras-chave liberalização | políticas de suporte | OMC | contrato social

Fecha de recepción: 21 | 11 | 2007

Fecha de aceptación: 13 | 12 | 2007

Manuel Belo Moreira

Instituto Superior de Agronomia
Universidade Técnica de Lisboa
Departamento de Economia Agrária e
Sociologia Rural
Tapada da Ajuda 1349-017 Lisboa
E-mail: mbelomoreira@isa.utl.pt

SUMMARY Agricultural and agri-food trade protection (tariffs, subsidies, and other forms of protection such as non-tariff barriers) constitute one of the most disputed grounds of international trade relations. They are particularly important in WTO discussions and are increasingly recognized as having paramount importance for the future of the economic development of poor countries (2005 Human Development Report) and for the future of rural communities of the developed world, particularly for those highly dependent on agriculture and agri-food production. Given its importance one could expect that all those interested in the debate share the same understanding of what are the stakes, even if their perceptions of the outcome are not the same. Under these circumstances, it seems important to clarify the meanings of the enormous panoply of forms of trade protection and look at the most relevant visions about this matter. The aim of this text is then to contribute to this clarification according with a political economy perspective. It must be stressed that this reflection does not have the pretension to achieve a fully comprehensive approach, but only to focus on the most relevant points of discussion. Therefore, it will focus on understanding the rationale of the agriculture and agri-food protection policies that directly or indirectly constitute a form of trade protection. The clear understanding of this rationale constitutes the necessary condition not only to develop a political economy framework, but also to understand the difficulties of the liberalization agenda of the WTO that is one of the most relevant features of the globalization process and of its ups and downs since the Seattle failure in 1999.

Key words liberalization | politics of support
| OMC | social contract